



Projeto Redes: uma política pública para educação ambiental construída de forma territorializada

“Projeto Redes”: a public policy for environmental education built in a territorialized way

FREITAS, Leonardo Esteves de¹; FRANÇA, Indira Alves²; PINTO, Ana Flavia Sallai³

¹ Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina (OTSS), leonardo.esteves@fiocruz.br; ² OTSS, indira.fiocruz@gmail.com; ³ Fórum de Comunidades Tradicionais de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba (FCT) e OTSS ana.salai@fiocruz.br

RESUMO EXPANDIDO TÉCNICO CIENTÍFICO

Eixo Temático: Educação em Agroecologia

Resumo: Este trabalho discute o modelo de gestão do Projeto Redes, voltado a comunidades tradicionais e executado pelo Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina (OTSS), que busca o fortalecimento de organizações comunitárias, com foco na Economia Solidária (Agroecologia, TBC e pesca artesanal), Justiça Socioambiental e Educação Diferenciada. A metodologia se baseia na Pesquisa-ação e Ecologia de Saberes. O Projeto busca participação comunitária territorializada, sendo realizado a partir de 3 mesoterritórios (abrangendo 2 ou 3 municípios, cada). Foi formada uma Comissão Político Pedagógica com presença de movimentos sociais e alterado o modo de gestão para ampliar processos participativos, criando-se comissões temáticas e colegiados por mesoterritório, com representantes das coordenações do OTSS e educadores, ampliando a territorialização do Projeto. Essa forma de gestão contribui para a troca de experiências com os atores locais, promovendo o fortalecimento comunitário.

Palavras-chave: comunidades tradicionais, educação popular, Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina (OTSS), pesquisa-ação, projeto redes.

Introdução

Segundo o Art. 3º do Decreto 6040/2007, que institui a Política Nacional das Comunidades e Povos Tradicionais, estes são:

Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007).

Silva (2016) aponta a existência de um território, diferente de espaços urbanos e rurais, como característica das comunidades tradicionais. A despeito da relevância do território, essas comunidades possuem histórico de conflitos relativos à posse da terra e à permanência nos locais onde vivem, geralmente, associados a sobreposições entre seus territórios e Unidades de Conservação (UCs), a grandes projetos de infraestrutura que impactam os territórios e ao interesse do capital em se apoderar deles (PORTO; PACHECO; LEROY, 2013; MARCONDES; RAIMUNDO, 2019).



Esta situação é observada no litoral sul do Rio de Janeiro e norte de São Paulo, onde comunidades tradicionais têm sido pressionadas a deixarem suas terras (FREITAS et al, 2016; NASCIMENTO, 2019). Além da expropriação direta, frequentemente, são obrigadas a abandonar seus territórios em função da dificuldade de acesso a direitos básicos, como saneamento, saúde e educação. Processos esses que infringem, de forma clara, a Convenção n° 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre Povos Indígenas e Tribais (OIT, 1989), da qual o Brasil é signatário. Portanto, para essas comunidades, lutar por direitos básicos é lutar por seus territórios.

Essa luta se reflete na organização e atuação do Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina (OTSS), uma parceria entre a Fiocruz e o Fórum de Comunidades Tradicionais de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba (FCT). A atuação do OTSS acontece a partir das bandeiras de luta definidas pelo FCT: agroecologia, saneamento ecológico, turismo de base comunitária, educação diferenciada, justiça socioambiental, pesca artesanal e fortalecimento do FCT.

Um conjunto similar de temas foi definido no plano de trabalho (PT) da Fase I do Projeto de Educação Ambiental da Costa Verde como fundamental para a atuação com as comunidades tradicionais pesqueiras no território que inclui Mangaratiba, Angra dos Reis e Paraty, no Rio de Janeiro, e Ubatuba, Caraguatatuba, Ilhabela e São Sebastião, em São Paulo. A Fase I planejou para a Fase II a construção de uma Escola de Formação na qual deveriam ser trabalhados os temas apontados, de forma a contribuir para a permanência das comunidades nos territórios. Na Fase II (atual Projeto Redes), com a revisão do PT pelo consórcio executor, formado por OTSS (Fiocruz e FCT), Universidade Federal Fluminense (UFF) e Universidade Estadual Paulista (Unesp), tal meta se ampliou para a construção de uma Rede de Formação Socioambiental (RSF), com capilaridade no território, e os temas foram organizados em blocos temáticos: 1) Justiça Socioambiental, Governança e Gestão Territorial, 2) Economia Solidária e 3) Educação Popular e Diferenciada.

Para atuar nesses blocos temáticos nas 111 comunidades abarcadas pelo Projeto Redes, o OTSS e seus parceiros construíram um modelo de gestão que se pretende territorializado, participativo, flexível e articulado à gestão do OTSS, seguindo o modelo de Governança Viva (GALLO, 2019). Este modelo vem sofrendo transformações para dar conta dos desafios colocados pelo território. O presente trabalho faz uma análise desse modelo de gestão e discute como pode fortalecer a articulação com o território e a participação comunitária no Projeto Redes.

Metodologia

O OTSS tem como perspectivas de atuação a determinação social da vida e da saúde e a pedagogia da autonomia para a construção dialogada de agendas territorializadas. Utiliza como base teórico-metodológicas a pesquisa-ação (THIOLLENT, 2006), que busca produzir conhecimento científico a partir da atuação direta sobre a realidade e a Ecologia de Saberes (SANTOS, 2007), que busca a construção de novos conhecimentos a partir do diálogo entre os conhecimentos



científico e popular. Nesse contexto, o presente trabalho buscou entender o modelo de gestão do OTSS e as transformações que vem sofrendo, a partir de análise documental, especialmente do Plano de Trabalho construído para o Projeto Redes (OTSS, 2021) e dos relatórios anuais e mensais elaborados no âmbito desse projeto. Além disso, a própria vivência dos autores como participantes da equipe técnica de gestão do Projeto Redes permitiu o levantamento de informações sobre a gestão do projeto na prática, em espaços de gestão, como reuniões e oficinas.

Resultados e Discussão

Ao elaborar o Plano de Trabalho do Projeto Redes, foi construído um modelo de governança baseado em três mesoterritórios: RJ, (municípios de Mangaratiba e Angra dos Reis); Interestadual (Paraty e Ubatuba); e SP (Caraguatatuba, São Sebastião e Ilhabela). Além disso, os representantes das instituições executoras formaram o Núcleo Gestor Político-Pedagógico (NGPP), que tem atuação no planejamento e na execução das atividades do Projeto Redes, na gestão desse projeto como um todo, na gestão dos processos que ocorrem nos mesoterritórios e na relação com os processos de gestão mais amplos do OTSS (Figura 1).

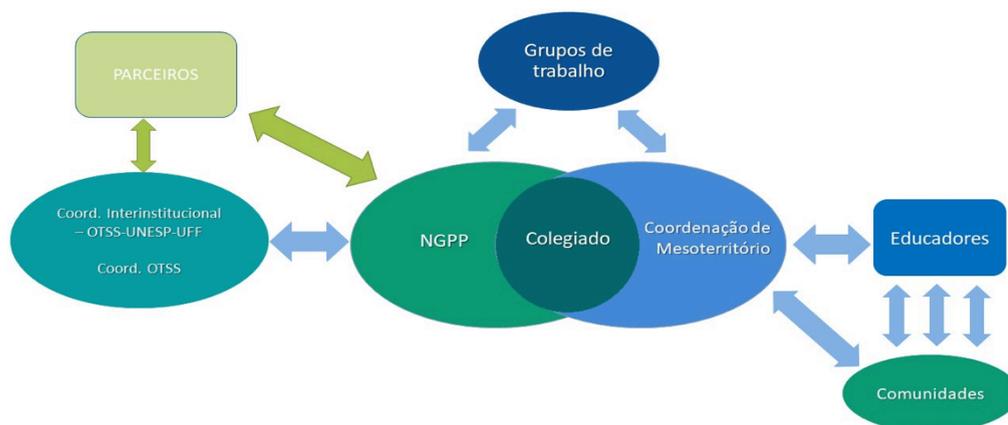


Figura 1 – Modelo de Governança e Gestão inicial do Projeto Redes na Fase II

Uma das dificuldades encontradas diz respeito à relação entre Projeto Redes e demais ações do OTSS, que incluem Cartografia Social, geração de trabalho e renda, defesa do território a partir do atendimento de demandas jurídicas de comunidades, entre outros. Essa agenda ampla e complexa se relaciona com o Projeto Redes, demandando dos profissionais contratados e dos gestores atuação articulada e territorializada que, muitas vezes, não é compreendida, gerando conflitos e dificuldades. Por outro lado, quando ocorre a compreensão e a adesão à esta agenda, se potencializa significativamente a atuação no Redes e nos demais projetos, fortalecendo as comunidades tradicionais. Além dessa dificuldade, ao longo do projeto, tal governança precisou ser detalhada, ampliada e modificada de acordo com a chegada de novos atores, especialmente a constituição da Coordenação Político-Pedagógica (CPP) da Rede de Formação Socioambiental, integrada por 7 representantes do NGPP, 6 educadores que trabalham no OTSS e



no Projeto Redes, sendo 3 de comunidades tradicionais e 3 educadores acadêmicos, 14 representantes de comunidades tradicionais, divididos 2 por cada município, e 3 de representantes de movimentos sociais regionais ou nacionais (um caiçara, um quilombola e um indígena), totalizando 30 pessoas. A CPP tem o papel de apoiar o consórcio executor do Redes na construção da RFS (Figura 2).



Figura 2 – Governança do Projeto Redes com CPP

Esse processo de gestão tem dificuldades derivadas dos processos internos de gestão do OTSS e do Redes, que incluem uma discussão horizontalizada e um processo de ecologia de saberes que, na prática, é conflituoso. Todavia, por ser participativo e territorializado, tem grande potencial para apoiar a construção de autonomia pelas comunidades abarcadas pelo Projeto Redes e demais ações realizadas pelo OTSS. Nesse processo de conflitos e avanços, e buscando maior participação da CPP no planejamento das atividades da RFS, especialmente a partir da realização do primeiro curso da RFS (Maré de Saberes), foi necessário criar comissões no âmbito da CPP, que se integraram aos Grupos de Trabalho da equipe do Redes (Figura 3). Esse processo qualificou a gestão do Projeto Redes, especialmente para lidar com as questões práticas de gestão relativas às diferentes temáticas abordadas pelo projeto. Afinal, os GTs e as comissões possibilitam que diferentes temas sejam abordados de forma integrada entre equipe técnica e CPP.

Restaram problemas na relação entre as ações do Redes e a gestão mais ampla do OTSS. O modelo adotado no Redes precisa se articular mais fortemente à gestão do OTSS. Ademais, a própria gestão do OTSS, que tem forte componente territorializado, necessitava de uma instância mais próxima da escala local, possibilitando tomadas mais diretas de decisão por quem está mais próximo do território e das comunidades. Para tanto, o OTSS está constituindo novos espaços de gestão, denominados Colegiados de Mesoterritório. São 3, um para cada mesoterritório, com representação de todas as coordenações e dos educadores que atuam no mesoterritório e com poder decisório para as tomadas de decisão



relacionadas à processos que ocorrem na escala mais próxima. Para escalas mais amplas e temáticas transversais, os colegiados se articulam às demais instâncias do OTSS. Esses colegiados estão em fase de implantação e operação e devem fortalecer a atuação territorializada e também a interação entre gestão do Redes e gestão do OTSS, na medida que tomarão decisões sobre todos os projetos de forma articulada.

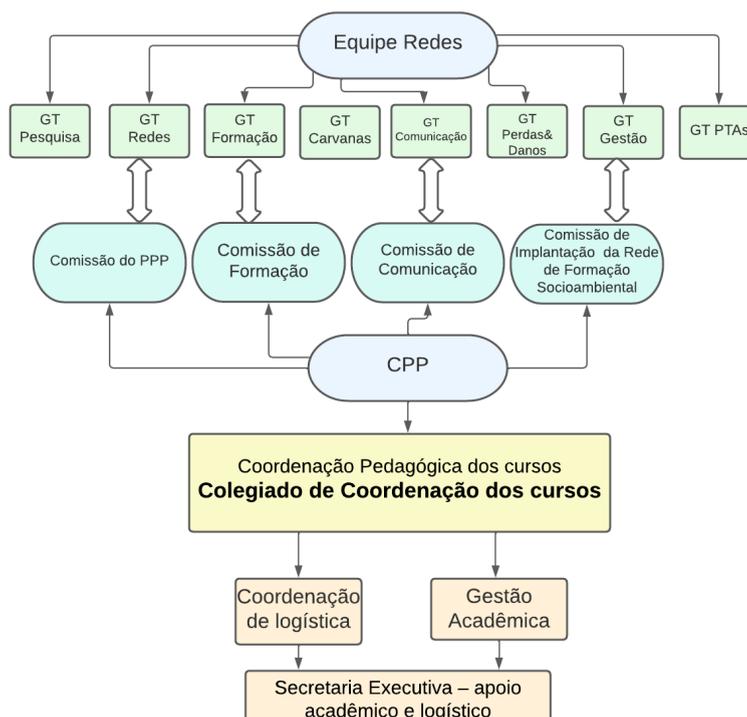


Figura 3 – Governança Redes com CPP e Grupos de Trabalho

Conclusões

A construção de modelos de gestão flexíveis e articulados é uma necessidade de processos territorializados, pois as demandas do território se alteram quando a realidade se modifica. Isto é relevante em processos de gestão com participação direta de atores do território, pois as demandas chegam com grande velocidade e intensidade, impactando a gestão, podendo gerar conflitos de diversas ordens.

A análise da gestão do Projeto Redes, em sua articulação com a gestão do OTSS, é um exemplo claro, pois trata-se de um processo participativo e territorializado que gerou demandas fortes de flexibilização do modelo inicialmente construído. A tentativa de aproximar as decisões relacionadas às escalas territoriais de maior detalhe, com a constituição dos Colegiados de Mesoterritório, mostra-se fundamental para a resolução de conflitos e a tomada mais acurada de decisão. É fundamental que esse processo se articule à gestão geral do OTSS e do Redes, pois muitos dos processos em curso no território se articulam a escalas mais amplas (o território todo de atuação do OTSS e parceiros, o país ou mesmo recortes espaciais internacionais) e a temáticas transversais. As tomadas de decisão, nesses



casos, precisam olhar todo o processo de gestão e as demandas do conjunto do território e dos atores. Um modelo de gestão capaz de articular escalas de atuação e escalas de decisão, como o que está sendo aprofundado no OTSS, é fundamental.

Referências bibliográficas

BRASIL. **Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília, DF: Presidência da República [2023]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em: 27 jul. 2023.

FREITAS L. E.; CRUZ J. C. H. O.; CORTINES A. C.; GALLO E. Observatory of Sustainable and Healthy Territories (OTSS) GIS: Geo-Information for the Sustainability of Traditional Communities in Southeastern Brazil. *In*: LEAL FILHI, W;

AZEITEIRO, U.; ALVES, F. (Orgs.). **Climate Change and Health: Improving Resilience and Reducing Risks**. Springer International Publishing, 2016, p. 353-367. ISBN 973-3-319-24658-1

GALLO, E. Territórios sustentáveis e saudáveis da bocaina: desafios para agendas territorializadas de desenvolvimento sustentável. *In*: GALLO, E.; NASCIMENTO, V. (Orgs.). **O Território Pulsa**. 1. ed. Paraty: Fiocruz 2019, p. 33-36

MARCONDES, D.; RAIMUNDO, S. Povos tradicionais e turismo: o TAUS como instrumento para gestão de conflitos?. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 22, p. 20, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/asoc/a/zzKQjCyTtWnrg5pHbF4kJSv/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 2 ago. 2020.

NASCIMENTO, V. O Fórum de Comunidades Tradicionais de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba e o Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina. *In*: GALLO, E.; NASCIMENTO, V. (Orgs.). **O Território Pulsa**. 1. ed. Paraty: Fiocruz 2019, p. 13-21.

OBSERVATÓRIO DE TERRITÓRIOS SUSTENTÁVEIS E SAUDÁVEIS DA BOCAINA. **Projeto de Educação Ambiental da Costa Verde: Plano de Trabalho da Fase 2**. Paraty, 2021, 50 p.

PORTO, M. F.; PACHECO, T.; LEROY, J. P. **Injustiça ambiental e saúde no Brasil: o mapa de conflitos**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2013.

SANTOS, B. S. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. São Paulo: Cortez, 2006.



SILVA, P. T. Conceito de Comunidade Tradicional. *In*: STANICH, P. (Org.). **Direito das comunidades caiçaras**. São Paulo: Café com Lei, 2016, p. 39-47.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 2006.